

## **Território e Natureza**

**Gloria Maria Vargas**  
**Pesquisadora Associada**  
**Centro de Desenvolvimento Sustentável CDS/UnB**  
**NADD/USP**

### **O espaço nas ciências sociais**

Uma das características recentes das ciências sociais é o reconhecimento da importância do espaço e da espacialidade dos fenômenos e processos sociais. Tanto sociólogos quanto antropólogos, historiadores e até economistas, confirmam que para uma compreensão mais aguçada dos seus objetos de estudo é necessário considerar, não apenas uma perspectiva temporal dos mesmos, mas também espacial.

No entanto, o espaço nem sempre foi importante nas ciências sociais, o que de fato se comprova pelos próprios cientistas, que confirmam o acento historicista das teorias sociais até finais do século XX (Giddens, 1995; Lefevre, 1991; Santos, 1996, Soja, 1993; Fals Borda, 2000, citado por Delgado, 2001). Soja, citando Foucault, explica a obsessão modernista pela história, que produziu uma ciência social na qual “o espaço foi tratado como o morto, o fixo, o não dialético, o imóvel. O tempo, ao contrário, era a riqueza, a fecundidade, a vida e a dialética.”(Foucault, 1980:70, citado por Soja, 1993:17).

A importância do espaço vai sendo cada vez mais visível nas ciências sociais, principalmente mediante a obra de geógrafos, que desde diferentes perspectivas, afirmam a importância de tal consideração. É o caso dos argumentos apresentados por Harvey (1992, 1996) quanto à produção do espaço, que de forma resumida, explicita que:

- o espaço e o tempo são construções profundamente enraizadas na materialidade do mundo e são produtos das distintas percepções e formas de construção do mundo que os seres humanos encontram na sua luta pela sobrevivência material. Esta construção depende, portanto, de acervos culturais, mas também são objeto de cognição através das abordagens científicas da física, ecologia, biologia, etc.

- na construção social do espaço e do tempo, diferentes sociedades produzem diferentes concepções dos mesmos e estas operam com a força dos fatos objetivos, aos

quais os indivíduos e as instituições respondem. As representações do espaço e do tempo surgem do mundo das práticas sociais, mais são também instrumentos de regulação dessas práticas.

Isto significa que o espaço é um pilar que dá estrutura ao conjunto social na medida que é um referente essencial do mesmo. Isto é, “o conceito de espaço opera na reprodução social, só que cada formação social constrói concepções subjetivas do mesmo, dependendo de suas necessidades, propósitos materiais e de reprodução social, e organiza as práticas materiais segundo essas concepções.” (Harvey, 1992, p.189).

Por sua vez, a espacialidade, seguindo Soja (1993), é o espaço socialmente produzido pelo conjunto de relações sociais, econômicas, políticas e culturais entre os indivíduos e os grupos. Existe como forma concreta de organização social e como meio próprio da vida social. É simultaneamente o resultado tanto da ação social sobre a natureza, quanto da própria dinâmica social. É diferente do espaço físico da natureza material e é o meio e o resultado da dinâmica da sociedade.

Portanto, o modo de produção, a estrutura de classes, as atividades culturais, e toda forma ou prática da sociedade, cria o seu espaço característico. O espaço, nesta medida, não é neutro em nenhuma das variáveis que estruturam a sociedade, sendo resultado das suas interações e promotor, ora das tendências em vigência, ora de espaços de resistência, dependendo de quem o controle.

O território, por sua vez, é espaço delimitado, apropriado, isto é, dotado de uma humanização que o diferencia e define. É “bounded space”. Permite a concretização e materialização das relações sociais que, mediante ele, são cobertas de especificidade. Se a espacialidade é o processo genérico de produção do espaço, a territorialidade é sua concreção em lugares específicos.

Na empirização das relações sociais, incorpora-se a natureza como fonte de recursos, como base material da reprodução social, produzindo-se sua refuncionalização. O território cria o vínculo entre as relações sociais empirizadas, específicas, e a natureza refuncionalizada, permitindo a abordagem das práticas sociais realizadas nos lugares, sua caracterização e qualificação na apropriação e transformação da natureza.

A mediação territorial permite indagar como a sociedade dispõe dos recursos biofísicos, segundo a organização social do seu território. As relações sociais determinam, não apenas as relações entre diferentes grupos e indivíduos, mas as relações que estes estabelecem com a natureza.

Já a categoria natureza é muito comumente homogeneizada. Nesta homogeneização, desconhece-se a extrema variedade de nichos que as sociedades criam para si no eterno relacionamento com o entorno, variedade que está em parte determinada pela própria variação das condições biofísicas. Pode-se afirmar que as sociedades criam relações ecológicas e nichos ambientais que lhes permitem reproduzir-se como grupo social e, nessa medida, estes nichos e relações ecológicas seriam manifestações ou instanciações das suas particulares relações sociais. (Harvey, 1996).

As transformações ocorridas neste processo, que dizem respeito a artificialização da natureza, da criação de novas funcionalidades e relações, bem como da transformação da paisagem, são o resultado visível da forma como se geo-grafizam as relações sociais, isto é, de como, mediante a apropriação da natureza, da sua incorporação na reprodução material e simbólica dos grupos sociais, geram-se marcas na terra. Trata-se de espaços terrestres compostos por natureza natural e natureza artificial, apropriados e delimitados por um grupo social, transformados mediante esta apropriação em território. Em se tratando de processos e não apenas de eventos isolados, pode-se afirmar que a partir da empirização das relações sociais no território, constrói-se a história<sup>1</sup>, como o devir dos processos sociais. Portanto, o território permite o encontro da natureza com a história.

A natureza tem uma existência pré-discursiva, está sujeita a leis que independem da consciência. Porém, sua redefinição e revalorização constantes dependem das categorizações que ao seu respeito se fazem em diferentes momentos históricos e desde distintas perspectivas geográficas, portanto, ela é produto de uma construção social. Ela é refeita, reconceitualizada a partir do conhecimento construído histórica e geograficamente. Poder-se-ia falar da construção social da natureza, da sua redefinição desde as diferentes perspectivas e desde as diferentes concretizações das relações sociais no território.

---

<sup>1</sup> Segundo o geógrafo brasileiro Milton Santos (1996), o espaço é acumulação de tempos.

Existe, pois, uma relação estreita entre território e natureza. Vale a pena agora comentar a substituição que vem ocorrendo do termo natureza pelo de meio ambiente.

### **A substituição da natureza e o surgimento do ambiente**

O termo natureza vem sendo substituído em décadas recentes pelo termo ambiente, ou meio ambiente. É evidente que não são termos nem categorias equivalentes. Entretanto, ali onde outrora se falava de natureza, hoje fala-se de meio ambiente. Esta substituição não é apenas um vício de linguagem ou uma preferência caprichosa. Ela denota uma mudança, talvez até um ponto de inflexão no discurso das relações sociedade-natureza, representativo das substituições e novas substantificações de que é preenchido o tema, hoje tomado por uma visão de mundo que se reflete na linguagem, com um conteúdo mais tecnocrático do que social ou simbólico.

Colocamos como hipótese que o surgimento do termo ambiente e a substituição paulatina da natureza como conceito caracterizador das relações com a sociedade fazem parte do processo de racionalização progressiva da sociedade, que depende da institucionalização do progresso científico e técnico e da sua incorporação em todas as esferas sociais. Se considerarmos que a natureza é um conceito que se enraíza também em sociedades tradicionais, este parece sofrer uma secularização, no sentido Weberiano, já que “perde o seu poder de vigência como mito, como metafísica justificadora e como tradição inquestionada”. (Habermas, 1968, p.66) Desta forma, reestrutura-se no conceito de ambiente, “que é uma crítica do conceito tradicional, e uma reorganização do material da tradição assim liberto (...). As legitimações enfraquecidas são substituídas por outras novas que, por seu turno, nascem da crítica ao dogmatismo das interpretações tradicionais do mundo e pretendem possuir um caráter científico, e que, por outro lado, mantêm funções legitimadoras e subtraem as relações de poder existentes tanto à análise como à consciência pública.” (Habermas, 1968. op. Cit).

O ambiental abriu definitivamente a porta à tecnociência como parte de um procedimento racional de tomada de decisão e de gestão dos elementos da natureza, através do conhecimento especializado e da profissionalização do setor. A profissionalização refere-se ao processo que incorpora os produtos das relações natureza-sociedade no âmbito do conhecimento especializado da ciência ocidental. Isto é atingido através de uma série de

práticas, técnicas e estratégias que organizam a geração, validação e difusão do conhecimento ambiental que se ergue como uma das fontes de veracidade das ações de gestão sobre o ambiente. Esta profissionalização foi efetivada através da proliferação de disciplinas e subdisciplinas ambientais, o que foi possível graças à incorporação crescente de problemas no âmbito do ambiental, dando a eles uma visibilidade congruente com o sistema estabelecido de conhecimento.(Escobar, 1995)

A profissionalização do ambiente também permitiu remover a problemática ao redor das relações natureza-sociedade do âmbito político e cultural e realocá-las nos termos aparentemente mais neutros da ciência. A reorganização do conhecimento, agora em torno do ambiente e não da natureza, incentivou uma crescente ânsia por investigar, teorizar, medir o relativo às novas problematizações sobre o ambiente, e por formular políticas e programas de ação acordes, produzindo um verdadeiro “regime de verdade”<sup>2</sup> desta temática.

A consolidação do ambiental necessariamente envolveu a criação de um campo institucional, intimamente relacionado com o campo profissionalizante. Ambos constituem um aparelho que organiza a produção de formas de conhecimento. A institucionalização do ambiente se deu em todos os níveis, desde o global, mediante organizações, agências e entidades internacionais, até o local, com agencias, entidades e organizações não governamentais.

O conhecimento produzido sobre o ambiente circula através dessas instituições mediante programas e projetos, conferências, seminários, serviços de consultoria, etc. A soma das instituições em diferentes níveis e o conhecimento especializado consolidou o “setor ambiental”, que foi crescendo e convertendo-se num nicho em expansão para o conhecimento especializado.

A separação do ambiental numa esfera com propriedades independentes da economia, da política, da cultura, é a concretização de uma das características mais marcantes da modernidade, a saber, a separação da vida social em esferas funcionais, cada qual com suas propriedades e leis. Como esfera independente, às ciências ou disciplinas ambientais cabia-lhes conferir ao ambiente um espaço na ciência que lhe fosse próprio.

---

<sup>2</sup> Segundo a aceção dada por Michel Foucault

Mediante o conhecimento de especialistas, o ambiente entra no âmbito de um discurso racional que re-arranja o espaço social e o desenvolvimento sustentável se consolida como eixo programático.

Em muitos contextos do conhecimento especializado, os problemas ambientais são descritos como pertencentes ao âmbito do natural, do físico, do topográfico, pelo que constrói-se um “objeto” em todo o sentido da palavra, externo, apresentado como descentrado, desenraizado das relações sociais que lhe originaram.

Em grande medida, não relacionar a natureza com as relações sociais territorializadas permite que a chamada “esfera ou dimensão ambiental” seja tratada como uma exterioridade das relações sociais. No entanto, as atividades humanas, assim como as de todas as espécies, criam os problemas ambientais que elas próprias têm de resolver. Nesse sentido, os organismos não se adaptam ao ambiente, eles o constroem. As sociedades humanas não são simples objetos das leis da natureza, são sujeitos que a transformam e a incorporam nas suas relações. (Lewontin, 1982, citado por Harvey, 1996, p.185).

Na medida que as condições que permitiram a emergência do ambiental, a saber, os problemas produtos das relações natureza – sociedade, intensificaram-se e aumentaram de escala, o ambiental tem aumentado também sua atuação e sua presença nas esferas de poder das sociedades, em todas as escalas, tanto que hoje não é raro se falar em governança global ambiental, ver projetos que se implementam transnacionalmente, etc. Sua estrutura institucional se consolida até nas esferas mais contrapostas ao seu discurso, como naquelas do comércio. O que é consolidado além desta institucionalidade é uma série de fatores e forças na qual o discurso do ambiental encontra apoio.

A materialidade que suporta este edifício discursivo é produto das relações sociedade-natureza, mas simultaneamente, das mudanças nas visões sobre a natureza e sua crescente cientifização e tecnocratização na direção do meio ambiente e que lhe permitiram, uma vez delimitado conceitual e institucionalmente, consolidar-se. De alguma forma pode-se afirmar que a materialidade do meio ambiente é diferente da materialidade

da natureza, que a substituição no conceito implica numa substituição na forma de se olhar e nos resultados do processo de abordagem<sup>3</sup>.

### **Meio ambiente e globalismo**

O discurso do meio ambiente contém uma imaginação geográfica ou geopolítica que leva implícita uma visão genérica do espaço. Desde esta perspectiva, pode-se afirmar que o meio ambiente tem uma preferência pelo espaço genérico, ou talvez uma espécie de desenraizamento do elemento espacial.

Isto pode explicar-se ao considerar que a emergência do meio ambiente se dá concomitantemente ao processo de aprofundamento da globalização. O meio ambiente já nasce global ou tem uma afinidade com o globalismo, já que a maior conquista da temática ambiental em termos de visibilidade se dá quando começa a ser debatida em foros internacionais. A constatação empírica da potencialidade supra-nacional das questões ambientais é que dá relevância à temática e a consolida como área do conhecimento e âmbito da vida a ser administrada. Sua crescente importância está diretamente relacionada com a colonização da escala global.

O desenvolvimento do tema ambiental neste nível, respondeu também a um processo mais amplo de problematização da sobrevivência global, que resultou numa reelaboração das relações natureza-sociedade. Esta problematização surgiu como resposta ao caráter destrutivo do desenvolvimento do pós-guerra e salienta as condições crescentes de deterioração geral do planeta. Está relacionado com a constatação da alteração dos maiores componentes da biosfera devido à intensidade da exploração humana dos recursos naturais, principalmente durante a segunda metade do século XX.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> “Não foram as descobertas científicas que provocaram a mudança da idéia de natureza. Foi a mudança da idéia de natureza que permitiu a mudança.” (Merleau-Ponty, 2000:10).

<sup>4</sup> Este processo não se dá num vazio histórico. A colonização da escala global dos temas ambientais se dá concomitantemente com os processos de aprofundamento das relações globais que vinham em curso desde o período do pós-guerra. Desde então, vinha ocorrendo a intensificação das relações comerciais, estratégicas e ideológicas que começou com os acordos de Bretton Woods, a criação da OTAN e a viabilização do GATT, e que determinaram a maior integração dos países centrais, em particular os Estados Unidos, os países europeus e o Japão. Desde meados da década de sessenta, esta configuração apresentou uma série de alterações devido a mudanças estruturais que modificaram as relações entre Estados e mercados nos países centrais. As corporações multinacionais, cujo centro de operações é sempre territorializado, porém cujo âmbito de atuação é transnacional, foram adquirindo um poder cada vez maior sobre os processos econômicos, que outrora

Até a década de 70, os problemas ambientais eram percebidos pelo sistema internacional como assuntos de menor importância, marginais aos interesses nacionais e à política internacional. Com a emergência de problemas ambientais que atravessaram visivelmente as fronteiras nacionais e que, portanto, convertiam-se em ameaças para regiões inteiras do globo, tais como a diminuição da camada de ozônio, o aumento da temperatura global, a diminuição da disponibilidade de recursos naturais, etc., os assuntos ambientais começam a colonizar a escala global.

O informe Brundtland, que apresentou os resultados que emergiram da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987, sob os auspícios do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente-PNUMA, também conhecido como “Nosso Futuro Comum”, pode ser considerado como pioneiro na conceitualização do tema ambiental no âmbito do global e criou um marco de referência para a formulação de políticas nessa escala. Foi indutor, portanto, de todo o arranjo institucional que veio posteriormente. “Estocolmo 72” foi também um marco importante no desenvolvimento da temática ambiental e marca a explicitação da responsabilidade dos Estados na preservação do meio ambiente visando a preservação das condições para todo o planeta.

O novo status global dos assuntos ambientais se refletiu na organização da primeira reunião global na cúpula da Terra, a Rio 92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Desde então, explicitou-se o interesse oficial e popular nas questões do Meio Ambiente e suas relações com as políticas econômicas, tanto nacionais quanto internacionais (Porter e Brown: 1996). Este evento acabou por delinear o discurso sobre as relações entre desenvolvimento e meio ambiente numa escala global, consolidando definitivamente esta escala como eixo das questões ambientais daí em diante.

Disseminou-se a necessidade de procurar ferramentas efetivas para gerir as questões ambientais, pois em última instância tratava-se de gerir ou manejar os limites biofísicos do crescimento e do desenvolvimento. Para isto foram disponibilizadas as potencialidades da

---

estavam sob o controle dos Estados. Desta forma, os Estados capitalistas continuaram estreitando seus níveis de coordenação política, alinhamento ideológico em torno da primazia dos valores democráticos e a extensão das suas atividades comerciais, o que acabou consolidando o processo de globalização. Simultaneamente afincou-se o poder hegemônico do Estado americano. Frente a sua indiscutível hegemonia, hoje em dia é difícil diferenciar o que se chama de valores e interesses globais daqueles da potência americana. (Anderson, 2002).

---

tecnologia e da engenharia, tanto física quanto social, se se considera que as práticas culturais e políticas que permitiram o desenvolvimento passaram a ser prioritárias.

A conquista da escala global foi produto, portanto, da re-elaboração do tema ambiental, focalizado agora na degradação extensiva do meio ambiente, considerado em diante como um problema comum de toda a humanidade. A superação desta problemática também se emoldura em âmbito planetário, considerando-se necessária a unificação de objetivos e ações nas diferentes regiões do mundo. Apelava-se assim a uma resposta comum. Já tendo reconhecido a globalidade da problemática, reconhece-se agora a necessidade de que as respostas também o sejam.

No entanto, a globalidade tanto da problemática quanto do pretense interesse global na solução da mesma, é discutível. A escala global, como escala de referência, já apresenta problemas. De uma parte, os processos apontados tais como a deterioração da camada de ozônio, a perda da biodiversidade, a contaminação das diferentes partes da biosfera e o esgotamento dos recursos, embora possam ser problemas para toda a humanidade, não se apresentam em igual intensidade ao longo do planeta. Existem gradientes em cada um deles que fazem com que sejam encarados de formas diferentes e que se tenham diversas necessidades quanto a sua solução. Portanto, a ameaça dos problemas e o desafio de sua solução é diferenciado, dependendo de condições geográficas, de fatores socioeconômicos e de disponibilidade tecnológica.

De outra parte, o clamor no sentido de que existe um interesse universal na solução dos mesmos, também é questionável. Hoje em dia se reconhece que algumas políticas globais implementadas foram em maior grau, respostas às necessidades ambientais do primeiro mundo para resolver sua própria problemática, do que uma determinação consensual de atacar os problemas considerados mais relevantes para a humanidade e a implementação de suas respostas universais (Yearly, 1996). É por isto que o chamado a respostas coletivas pode ser falacioso.

É o caso do GEF, Global Environmental Facility, programa lançado pelo Banco Mundial em 1990, como um fundo para financiar projetos ambientais nos países em desenvolvimento, que geraram *benefícios ambientais globais* em temas considerados prioritários. Este fundo só direcionou recursos para projetos cuja problemática pudesse ser

considerada como global: conservação da biodiversidade, aquecimento global, proteção de águas internacionais e degradação da camada de ozônio. Só que o critério para definir o que se considera de incidência global sempre foi de exclusividade do Banco. Os críticos deste programa, principalmente nos países do sul, argumentam que o conceito de “global” tem sido construído segundo as prioridades ambientais dos países desenvolvidos, enquanto aquelas do sul têm sido desconsideradas (Yearly, op cit.).

Por enquanto, continua sendo utópico aspirar a um consenso sobre as ações necessárias para atingir um patamar ambiental desejável para todos, até porque o “para todos” é muito difícil de definir. É ainda mais difícil de se conceber que os problemas ambientais considerados globais tenham uma resposta mundial unificada, que atravesse todas as disparidades geográficas, de riqueza, de desenvolvimento, etc. Problemas ambientais considerados comuns, não necessariamente trazem respostas globais unificadas.(Yearly, op. Cit).

O problema de reivindicar a escala global como exclusiva para caracterizar estes assuntos é que ela praticamente inibe qualquer outro ‘topos’ na caracterização dos fenômenos. A insistência na globalidade dos mesmos tem o efeito de colocar o nacional, o regional e o local num status subordinado, já que o global se associa ao universal e, qualquer reivindicação feita nesta escala, parece estar revestida de mais legitimidade, por se achar que transcende qualquer forma de particularismo. Embora existam fenômenos cujas conseqüências são globais, há uma especificidade mediada pelos aspectos localizados de cada um deles, pela sua distribuição territorializada, que agrega um conteúdo importante à análise, porque lhes confere uma contextualização na teia de relações sociais nas quais estão inseridos e permite, não só determinar o grau e a intensidade da problemática, mas também as particulares características dos processos e práticas sociais dos quais são expressão.

De outra parte, o ‘topos’ global é na verdade uma abstração, visto que dificilmente existe como fato empírico. Como já foi dito, os fenômenos se apresentam de formas descontínuas e com intensidades diferentes em distintos lugares do planeta. O global não se sustenta como fato. Em termos dos processos sociais, mesmo os mais globais como a

formação do capital ou a dinâmica do setor financeiro, têm um ‘topos’ seletivo que pode abranger grandes regiões do planeta, mas que no entanto, deixa de lado outras.

O global, portanto, insinua algo mais que o nacional ou regional, mais de forma alguma descreve algum tipo de totalidade espacial, que ademais, está em constante redefinição (Dirlik, 1998).

A ênfase no globalismo dos fenômenos ambientais acarreta um empobrecimento conceitual, por duas razões principais, ainda que não únicas:

- Primeiro, porque retira a precisão das condições espaciais de manifestação dos fenômenos, opacando assim informação importante, como o reconhecimento da incidência dos mesmos em diferentes escalas. De outra parte, porque dificulta o traçado das relações sociais que originam os fenômenos e, portanto, a identificação das responsabilidades fundamentais na sua contenção. De alguma forma, a colocação dos fenômenos em âmbito global permite torná-los genéricos. Esta generalização incide na caracterização do ambiente como algo “externo”, fora das relações sociais que lhe dão origem e especificidade social.

Vale a pena se perguntar se esta omissão na territorialização do ambiente não é um dispositivo epistemológico e geopolítico que torna visíveis apenas alguns conteúdos dos fenômenos ambientais, enquanto invisibiliza outros. Neste sentido, enquanto se globalizam os fenômenos ambientais, não se enxergam modelos culturalmente específicos de relação com a natureza e de construção dos ecossistemas. As formas de relação com a natureza baseiam-se em processos históricos, lingüísticos e culturais que, ainda que não passíveis de isolamento das relações mais amplas, retêm especificidades do território.

Como dispositivo geopolítico, a caracterização dos fenômenos ambientais sem referencia espacial concreta, permite sua exploração sem considerar as particulares relações sociedade-natureza que os originaram. Uma abordagem territorializada necessariamente leva em consideração as práticas sociais e as formas de relação com a natureza que permitem a expressão do problema particular. Implica, portanto, num aprofundamento da forma como a sociedade define o acesso e uso dos recursos naturais e dos serviços ambientais, de como estabelece os mecanismos de regulação que intervêm nesses processos e como qualifica culturalmente as conseqüências dessas ações, tanto para a si mesma quanto para a natureza.

Trata-se assim de uma abordagem que explora não somente um componente descritivo das atividades envolvidas nas relações sociedade-natureza, mas também os condicionantes materiais e não materiais que induzem um determinado modelo de relações e seus desenlaces ambientais. Neste sentido, indaga sobre os mecanismos de poder social envolvidos nas práticas sociais de acesso e uso de recursos e serviços ambientais, nos nichos ecológicos que permitem a reprodução desse poder, no valor social – econômico e não econômico - desses recursos, na validade ética do modelo de apropriação da natureza e suas repercussões para a reprodução da sociedade e dos seus valores culturais.

Desde esta perspectiva, o território é um eixo de análise indispensável para a abordagem de qualquer fenômeno ambiental, até porque abre a possibilidade de incorporação de diferentes escalas. Isto leva a uma consideração metodológica indispensável, em se tratando da temática ambiental: o tratamento simultâneo dos diferentes âmbitos de incidência e de consequência dos fenômenos. Desta forma não se dá a subordinação entre escalas, mas sua complementariedade, o que de fato reflete mais cabalmente a própria dinâmica espacial dos fenômenos que se expressam em várias escalas simultaneamente. Isto permite uma abordagem relacional que incorpora noções como lugar, região, país, etc. É nesta simultaneidade que o ambiente é mais compreensível.

Num mundo em que só se fala de globalização, discurso que reflete as assimetrias entre este fenômeno e os lugares, estes sim expressão da empirização da história (Santos, 1996), da concretude das relações sociais e da concretude das relações com o entorno, que papel se atribuirá aos lugares, às regiões, aos espaços territorializados? Será reproduzido o papel de subordinação dado ao local, o regional e o nacional, também no tratamento da questão ambiental?

Quando se territorializa o ambiental, aparecem as diferenças entre lugares. Explicitar as diferenças quanto aos resultados das relações sociedade-natureza, permite abordar tipos de relação e, portanto, estabelecer elos causais. Permite identificar desde onde se exercem os controles, onde se verificam os resultados e quem paga as consequências.

Diferentes propostas de relações sociedade-natureza surgem quando se permite que os lugares apareçam, quando se introduz o território no ambiente.

## **Bibliografia**

**Anderson, Perry (2002).** Internationalism: A Breviary. *New Left Review* 14, Março – Abril.

**Escobar, Arturo. (1995).** Encountering Development. Princeton: Princeton University Press.

**Delgado, Ovídio.(2001).** Geografia, Espaço y Teoría Social. In: Espaço y Territorios. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.

**Dirlik, Arif (1998).** Globalism and the Politics of Place. *Journal of the Society for International Development*, Vol 41 no. 2.

**Giddens, Anthony (1995).** La Constitución de la Sociedad: Bases para la Teoría de la Estructuración. Buenos Aires: Amorrortu Editores.

**Habermas, Jürgen. (1968).** Técnica e Ciência como “Ideologia”. Lisboa: Edições 70.

**Harvey, David. (1996).** Justice, Nature and the Geography of Difference. Malden, Oxford: Blackwell Publishers.

------(1992). A Condição Pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola.

**Hurrell Andrew e Benedict Kingsbury (eds). (1992)** The International Politics of the Environment. Oxford: Clarendon Press.

**Merleau-Ponty, Maurice. (2000).** A Natureza. São Paulo: Martins Fontes.

**Porter, Gareth e Janet Welsh Brown. (1996).** Global Environmental Politics. Boulder-Oxford: Westview Press.

**Santos, Milton. (1996).** A Natureza do Lugar. São Paulo: Editora Hucitec.

**Soja, Edward.(1993).** Geografias Pós-Modernas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

**Vargas, Gloria Maria (2003).** Natureza e Ciências Sociais. *Sociedade e Estado*. Vol.18 Número 1-2, Jan-Dez.

**Yearly, Steven (1996).** Sociology, Environmentalismo, Globalization. Londres: SAGE Publications.